

Justiça do Trabalho

Comissão buscará soluções para assistência à saúde

A Administração do TRT12 solicitou à área técnica que analise todos os dados referentes à assistência à saúde no Tribunal. Depois disso, será formada uma Comissão, da qual o SINTRAJUSC irá participar, com o objetivo de buscar soluções para atender demandas de servidores.

Esses foram os encaminhamentos da reunião entre a Coordenação do Sindicato e a Administração do Tribunal no dia 29 de maio. Da reunião também participaram o Assessor Econômico, Washington Luiz Moura Lima, e os servidores Marco Antonio Pereira Madruga, de Lages, Nilson Feliciano de Araújo, de Videira, e Geraldo Tirelli, de Chapecó, que também é Coordenador Regional do Sindicato.

Sindicato recebeu sugestões

A diretoria do Sindicato, preocupada com constantes reclamações de trabalhadores lotados na Justiça do Trabalho em relação ao plano de saúde escolhido pelo TRT12 para prestação de assistência médica complementar aos servidores, realizou reuniões em diversos locais de trabalho. A discussão foi posteriormente levada à Reunião Ampliada no dia 4 de abril, cujo tema específico foi "Servidor da Justiça do Trabalho, quanto vale sua saúde?".

Na Reunião foi eleita uma comissão representativa dos servidores para encaminhamentos em relação a essa luta.

A pesquisa realizada pelo Sindicato foi ampla e participativa. Com base nas opiniões e sugestões recolhidas, ficou claro o descontentamento dos servidores com a gestão da assistência médica do TRT12, principalmente quando comparada à assistência médica prestada a servidores do Judiciário Federal lotados em outros Tribunais e, portanto, pertencentes à mesma carreira.

Tratamento diferenciado

Na avaliação do Coordenador do SINTRAJUSC Paulo Koinski, o problema da assistência médica no TRT12 é de gestão, como é de gestão a baixa dotação orçamentária nesta rubrica, pois não há argumentos que justifiquem a disparidade de tratamento entre os servidores lotados no TRT de Santa Catarina e os lotados em outros estados.

Outro mito esclarecido pelo assessor econômico Washington Moura é o de que grande parte do orçamento de assistência médica é gasto com o SASER. Essa não é a realidade, pois de um orçamento total de R\$ 2.956.863,00 para assistência médica em 2008, foram gastos com SASER apenas R\$ 140.389,72.

Hoje o plano do GEAP/TRT tem 1.716 associados (servidores, magis-

Miriam Abreu



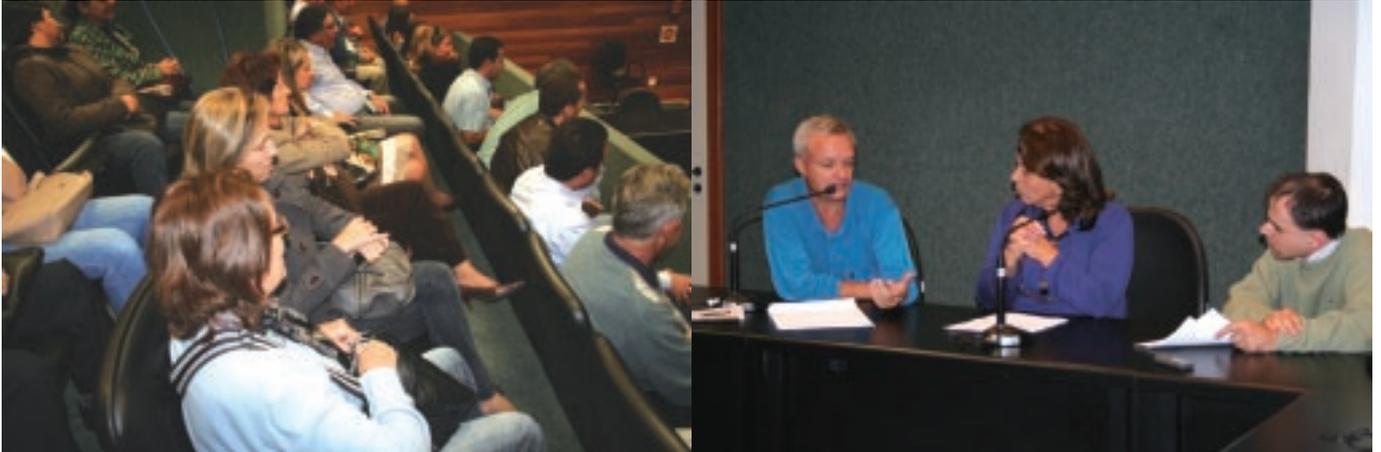
Reunião teve presença de servidores do interior de SC

trados e dependentes), enquanto, indiretamente, 1.600 (servidores, magistrados e dependentes) optam por outros convênios. Há 1.776 pessoas (servidores, magistrados e dependentes) que não estão enquadradas nestas duas possibilidades, o que, para Koinski, revela que a política de assistência médica no TRT está equivocada.

Na reunião do dia 29, a Administração do TRT argumentou que adotou a política do reembolso para os que optam por outros planos. "Discordamos radicalmente desta linha paliativa, pois não resolve o problema e enriquece mais os planos de saúde alternativos, pois os trabalhadores descontentes ou não-assistidos pelo GEAP são levados a fazer planos individuais ou via associações com preços cheios, sem a contrapartida do TRT e sem a segurança e o poder de barganha de um grupo maior de associados", avalia Koinski.

Oficiais de Justiça lutam por aposentadoria especial

Míriam Abreu



Servidores se mobilizaram para reunião com a senadora Ideli Salvatti, que se comprometeu a levar reivindicação ao Senado

Cerca de 30 Oficiais de Justiça participaram da reunião com a senadora Ideli Salvatti, realizada na sexta-feira, dia 29, na Assembléia Legislativa. O SINTRAJUSC mobilizou os servidores para a entrega de um documento no qual os Oficiais da Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual lotados em Santa Catarina reivindicam a colocação em pauta, no plenário do Senado, do PLS 68/2003. O projeto está pronto para apreciação desde 10 de julho de 2008. A senadora se comprometeu a apresentar a reivindicação na reunião com líderes do governo nesta semana.

Na luta pela aposentadoria especial para os Oficiais de Justiça, o SINTRAJUSC está atuando em duas frentes, a jurídica e a política. A primeira é através do Mandado de Injunção nº 1.132-0, mas mesmo as recentes vitórias em mandados de in-

junção são incompletas, pois a posterior regulamentação do parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal poderá não ser favorável aos Oficiais de Justiça ou simplesmente não irá incluir a atividade desses servidores na condição de atividade de risco, o que anularia os efeitos dos mandados de injunção.

A aprovação do PLS 68/2003 é uma questão política e, embora seja uma luta específica de um segmento da categoria, o SINTRAJUSC fará sua parte, como fez quando lutou por três PCSs, pela incorporação dos quintos, pela URV, sempre com articulação política e pressão parlamentar. Quando foi preciso os servidores também fizeram greve e foram vitoriosos, e por isso é muito importante a união com os Oficiais de Justiça Estaduais.

A aprovação do PLS 68/2003, que reconhece a atividade dos Oficiais de

Justiça como atividade de risco e tem vários reflexos legais positivos para a categoria dos Oficiais de Justiça, prevê o seguinte:

1- Aposentadoria integral nos termos da Lei vigente, isto é, independentemente de a tendência dos próximos governos ser contrária à paridade entre ativos e aposentados;

2- Reforça posteriores reivindicações como adicional por risco de vida, redução de impostos na aquisição de veículos e o porte de armas.

A caracterização da atividade de Oficial de Justiça como atividade de risco já é praticamente consenso entre os parlamentares, e as recentes decisões do STF em mandados de injunção reforçam este entendimento.

Quando o projeto entrar em pauta, o senador Paulo Paim fará uma emenda de plenário reconhecendo oficialmente a atividade dos Oficiais de Justiça como atividade de risco.